

Centrão quer todos no plenário terça

AGÊNCIA ESTADO

O Centrão quer que pelo menos 520 constituintes estejam em plenário a partir da próxima terça-feira, quando efetivamente será iniciada a votação da ordem econômica. "A previsão é de tempestade", advertiu ontem em Brasília o deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), ao se referir à votação. Segundo ele, dificilmente haverá acordo, apesar das inúmeras tentativas que serão feitas até o início da votação pelos líderes de todos os partidos. "Como nenhum dos lados pode garantir maioria de 280 votos sobre temas tão polêmicos, poderá acontecer novamente o buraco negro", alertou.

Durante a semana, os principais líderes do Centrão se reuniram com empresários, pequenos, médios e grandes, aos quais incumbiram de levar a qualquer custo os constituintes para Brasília, a fim de que o texto do grupo seja aprovado. Segundo o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), os empresários estavam dispostos a soltar uma nota em apoio ao texto do Centrão. "A princípio, a sugestão foi acatada por unanimidade mas, depois de uma breve análise, os constituintes a consideraram desnecessária e até inconveniente, porque poderia parecer uma interferência externa", explicou.

A hipótese do buraco negro já foi analisada pelo grupo e vista com muita simpatia. "O buraco negro é uma hipótese com a qual já estamos trabalhando, porque, para nós, ela é ótima", disse Ricardo Fiúza (PFL-

PE), após lembrar que a maior parte dos integrantes do Centrão acha mesmo que não deve haver qualquer tipo de negociação.

Mesmo sem a disposição de sentar à mesa para conversações, Fiúza acha que no "acessório" será possível discutir. "Na questão de empresa nacional", por exemplo, "há chances de se chegar a um texto que permita a criação de joint-venture, ou seja, a possibilidade de associação com o capital externo para absorção da tecnologia". O deputado Afif Domingos (PL-SP), que tem participado ativamente das negociações, acha que este é o pulmão da empresa brasileira e não se pode fechar o País para o capital estrangeiro. "A fórmula talvez seja tirar palavras como incondicional, exclusivo, controle, e jogar a qualificação das empresas e as vantagens que elas poderão receber para a lei ordinária."

"Não há disposição de se negociar a essência de nada do título, mesmo porque os líderes do Centrão estão confiantes na vitória, porque ela será ideológica", declarou Fiúza. A certeza da vitória existe dentro do Centrão, e o grupo até se dividiu para a negociação por setores — reforma agrária, definição de empresa nacional, monopólio de exploração e distribuição de petróleo e mineração.

Líderes e representantes partidários reuniram-se ontem no gabinete do senador Mário Covas, líder peemedebista na Constituinte, para a avaliação e análise detalhada do texto do projeto constitucional. Se-

gundo o senador José Richa, o importante é fixar primeiro as questões sobre as quais não há problemas para aprovação, para depois debater as alternativas aceitáveis para os temas polêmicos. Esses temas serão debatidos pelos grupos em outras reuniões, marcadas para hoje e domingo.

Do encontro no gabinete de Covas participaram os senadores José Richa, José Fogaça e Severo Gomes, e os deputados Francisco Dornelles, José Lins, Hélio Duque, Virgildásio Sena, Afif Domingos, Fernando Santana e José Carlos Vasconcelos.

LICENÇA-MATERNIDADE

As pequenas e médias empresas já formalizaram uma espécie de pacto diante da "ameaça" de a Constituinte ratificar, em segundo turno, a licença-maternidade de 120 dias: elas estão deixando de contratar mão-de-obra feminina para as áreas operacionais e administrativas, estão dispostas a imitar os japoneses, substituindo secretárias de diretoria por secretários. Essas foram as conclusões tiradas da reunião plenária de mais de 20 empresários vinculados à Associação Nacional de Pequenas e Médias Empresas Industriais (Anapemel), ontem em Santo André (SP).

Segundo o presidente da associação, Cláudio Rubens Pereira, o peso da mão-de-obra de produção de pequenas e médias empresas é bastante elevado, chegando à média de 35%, "por isso mesmo há uma procura intensa pela racionalização".

Campos lamenta que Cartas duren pouco

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O senador Roberto Campos (PDS-MT) criticou ontem o recorde brasileiro de "fabricar Constituições", chamando-o ironicamente de "respeitável". "Já fabricamos sete. Nosso desempenho no cumprimento das Constituições é miserável. Todas foram violadas com extraordinária imparcialidade", afirmou Campos, que elogiou o capítulo do orçamento e da fiscalização legislativa, mas condenou o princípio da taxa progressiva estabelecido no texto constitucional.

"O capítulo do orçamento e da fiscalização legislativa apenas pormenoriza, com algumas melhorias, o austero texto da Constituição de 1987, que foi totalmente descumprido", esclareceu Campos, acrescentando: "Ali já se continua dispositivo sobre orçamento unificado, orçamento plurianual de investimentos e a proibição de dispêndio sem recursos específicos, alocados pelo Congresso. O atual capítulo repete

a maioria desses dispositivos e os amplia para incluir, por exemplo, a proibição de endividamento para custeio".

Para Roberto Campos, o atual texto acentua o princípio da taxa progressiva como "suposto fator de justiça social. Entretanto, a experiência mundial moderna marcha na direção da simples proporcionalidade dos impostos, pagando cada um proporcionalmente à sua renda, a fim de se evitar a sonegação, fuga de capitais e evasão de talentos". De acordo com o senador, "um imposto proporcional único sobre a renda, à alíquota de 10 a 15%, tornaria eticamente constrangedora a sonegação e alargaria o universo dos contribuintes e redundaria em maior receita para o governo". Ele lembrou que as reformas fiscais recentes dos Estados Unidos e da Inglaterra, reduzindo os impostos para os ricos, levaram as classes mais abastadas a pagar "muito mais impostos" por que deixaram de sonegar e de recorrer aos "paraísos fiscais, que tornavam as altas taxas progressivistas ilusórias".

Sem quórum, a Constituinte adia a votação

Por falta de quórum, a Constituinte não pôde iniciar ontem a votação de um dos títulos mais polêmicos da futura Carta, o da ordem econômica. Apesar dos apelos do presidente Ulysses Guimarães, apenas 257 dos 559 constituintes estavam presentes às 10h15, quando foi feita a verificação de quórum. Como não houve acordo prévio de lideranças em torno da matéria, os integrantes do Centrão optaram por faltar à sessão, frustrando as expectativas das esquerdas.

A revoada dos constituintes para seus Estados, como ocorre nos fins de semana, e a constatada falta de quórum levaram Ulysses Guimarães a suspender também as sessões de hoje e amanhã, devendo a próxima ter início segunda-feira, às 14h30. Até lá as lideranças do Centrão e das esquerdas tentarão um acordo sobre os temas mais polêmicos da ordem econômica, como o conceito de empresa nacional e estrangeira, a exploração de minérios e a distribuição dos derivados de petróleo.



Em reunião no gabinete de Mário Covas, os líderes analisam o texto da ordem econômica

Punição vai vigorar na segunda

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O deputado Adroaldo Streck (PDT-RS) disse ontem que a sanção pecuniária imposta aos constituintes que se ausentarem — desconto de Cz\$ 25 mil, correspondentes à diária — e anunciada pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, não terá nenhum efeito moralizador nem funcionará como punição aos "gazeteiros". Segundo ele, "a sanção pecuniária não prejudicará os constituintes ricos que não vêm aqui. Eles não deixarão de faltar por causa de Cz\$ 25 mil perdidos por sessão".

Falando na sessão matutina da Constituinte, o deputado gaúcho disse que a Mesa decepcionou os constituintes com sua decisão, pois seria melhor haver punição moral para os que faltam às sessões: perda do mandato ou convocação do suplente. Streck citou o exemplo do deputado Mário Bouchardet (PMDB-MG), o campeão de faltas, e comentou que ele possivelmente estaria rindo da sanção determinada pela Mesa.

Felipe Cheidde (PMDB-SP), o segundo deputado mais ausente nas sessões da Constituinte, disse em São Bernardo do Campo (SP) considerar acertada a medida puni-

tiva: "Acho injusto se pagar um salário a alguém que não trabalha". Ela negou, porém, que a sanção o vá afetar. "Continuarei doando meus proventos como parlamentar a instituições de caridade", afirmou.

Para Cheidde, que é dono de empresas e possui muitos bens, a punição será eficiente no caso de deputados e senadores que não possuem uma "receita sólida". Quanto a si próprio, afirmou que só voltaria a frequentar as sessões se houvesse "espaço para discutir e negociar, e não ser apenas um apertador de botãozinho depois que as lideranças já decidiram tudo".

DESONRA

O deputado Victor Faccioni (PDS-RS) afirmou ontem que, embora a punição não seja satisfatória, "já é alguma coisa". Ele lamentou, porém, que a Mesa da Constituinte tenha se atrasado demais para tomar a decisão. "Os constituintes não comparecem às sessões porque estão ocupados com outras atividades e estão desonrando o mandato recebido do povo", observou.

O líder do PDS, deputado Amaral Neto (PDS-RJ), também condenou a medida. "A Mesa, punindo com o não-pagamento de Cz\$ 25 mil a quem faltar, confessa que não desconta ausência ao trabalho." Deve-

ria haver, na opinião do deputado, uma multa contra o gazeteiro, além do desconto.

Outro motivo de irritação para Amaral Neto é o fato de os faltosos receberem passagem aérea. "Se não vêm aqui, por que ter direito a passagens?" Ele acha que "a decisão da Mesa não foi ideal. O que deveria ter havido era supressão das passagens aéreas e desconto integral sobre tudo que o parlamentar recebe".

JEITINHO

A recomendação de Ulysses Guimarães aos ministros de Estado para evitar audiências a deputados e senadores no horário de sessão e votação na Constituinte não está dando certo. Os parlamentares dão um jeito de ser recebidos pelos ministros mesmo à tarde, furando a fila das audiências.

Quando o parlamentar chega ao gabinete do ministro, a funcionária encarregada das audiências recebe um recado do Congresso, previamente acertado, para avisar o deputado de que a liderança o está convocando, com urgência, para uma importante votação no plenário. Com essa desculpa, o parlamentar faz um apelo à secretária, que o transmite ao ministro. O parlamentar é recebido então com prioridade.